

Clube perde campo por dever taxa de marinha

A União conseguiu na Justiça reintegração de posse, e as instalações do Santa Cruz foram lacradas, impedindo até entrada de diretores

Beatriz Seixas

Um dos clubes de futebol mais tradicionais do Espírito Santo, o Santa Cruz perdeu ontem a área onde ficam seu campo e suas instalações, no bairro Santa Lúcia, em Vitória.

Um oficial de Justiça esteve pela manhã no local para cumprir decisão judicial em favor da União e realizar a reintegração de posse, depois que o clube contraiu uma dívida de R\$ 645.404,05 por deixar de pagar as taxas de ocupação de terreno de marinha.

O superintendente do Patrimônio da União no Espírito

Santo (SPU), Magno Pires, explicou que desde 2009 foi cancelada a inscrição de ocupação do clube e que, diante da decisão em segunda instância da Justiça Federal, foi feita a reintegração de posse.

Agora, a área foi entregue à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Controladoria-Geral da União (CGU), que deverão definir de que forma o espaço será utilizado. “Não existe hipótese de eles (o clube Santa Cruz) voltarem a ter domínio da área”, destacou Pires.

No local, foi colocada uma placa informando que a área é de propriedade da União. Além disso, novos cadeados foram colocados, impedindo a entrada de diretores e responsáveis pelo Santa Cruz.

O diretor-tesoureiro do clube, Natanael Alves, disse ter esperança de reverter a situação. “Nós já havíamos entrado com recurso pedindo a isenção da taxa de marinha e estamos aguardando essa

decisão para buscarmos a retomada da posse. Além disso, estamos querendo negociar o pagamento da dívida.”

Para ele, a cena de ontem foi de decepção.

“É triste vermos um clube de várzea, que funciona com a ajuda de colaboradores e que busca contribuir para a comunidade ter esse fim”, lamentou ao citar que muitos pertences do clube ficaram trancados no local.

A AGU foi procurada no início da noite de ontem para dar mais detalhes sobre o processo de reintegração de posse, mas a reportagem não conseguiu falar nos números fixos do órgão.

A informação que circula é de que o espaço seria utilizado para instalações de sedes do governo federal.

A reportagem ligou ainda para o presidente do Santa Cruz, Juarez Bertoldo, durante a tarde de ontem. Mas, apesar de ter deixado recado na caixa postal, ele não retornou a ligação.



CAMPO do Santa Cruz fica em Santa Lúcia, Vitória, área considerada nobre

ENTENDA

Dívida total é de R\$ 645 mil

Decisão

A JUSTIÇA FEDERAL determinou a reintegração de posse do campo do Santa Cruz, em Santa Lúcia (Vitória), à União, após o não pagamento das taxas de ocupação de área de marinha.

Inadimplente

O CLUBE FICOU inadimplente entre 1994 e 1998 e de 2004 a 2008.

A DÍVIDA TOTAL, segundo o processo que trata da questão, é de R\$ 645.404,05.

DIANTE DESSE DÉBITO, havia a determinação de que os responsáveis pela área providenciassem a desocupação do terreno até 17 abril, ou seja, 30 dias depois da data em que o julgamento ocorreu, sob pena de multa diária de R\$ 300.

Acrescido

A REGIÃO ONDE o campo está localizado é considerada como um “acrescido de marinha”, como são chamados os terrenos que tiveram se formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e das lagoas, em seguimento nos terrenos

de marinha.

Reintegração

COM A DECISÃO da Justiça em relação à dívida do Santa Cruz com a União, foi realizada ontem a reintegração de posse da área.

UM OFICIAL de Justiça esteve ontem no local, que fica no bairro Santa Lúcia. Na ocasião, foi colocada uma placa informando que a área é de propriedade da União.

A INFRAESTRUTURA também foi lacrada com novos cadeados, e os dirigentes e outros responsáveis pelo clube não podem entrar mais no local.

AGU e CGU

A ÁREA FOI ENTREGUE à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Controladoria-Geral da União (CGU).

SEGUNDO A Superintendência do Patrimônio da União no Estado (SPU-ES), não há mais possibilidade de a área voltar a pertencer ao Santa Cruz.

Fonte: SPU, Justiça Federal, diretoria do Santa Cruz e pesquisa A Tribuna.

SAIBA MAIS

O clube

O CLUBE SANTA CRUZ foi fundado no ano de 1928, por imigrantes nortistas que passaram a habitar a região de Santa Lúcia, no início do século passado.

É UM CLUBE DE VÁRZEA, sem fins lucrativos, de utilidade pública, cujas atividades são voltadas para o lazer dos moradores, apoio a crianças e adolescentes e para o desenvolvimento de trabalhos sociais.

O CAMPO fica no bairro Santa Lúcia. Recentemente, o local passou por reformas nos banheiros e vestiários.

Fonte: Pesquisa A Tribuna.

Prefeitura irá à Justiça

Diante da situação do Santa Cruz, que teve ontem sua área lacrada pela Justiça, em realização da reintegração de posse do imóvel em Santa Lúcia, a Prefeitura de Vitória informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a administração irá tomar providências sobre o assunto.

A Prefeitura de Vitória informa que o município vai ingressar com uma nova medida judicial para tentar reverter a decisão da apropriação do campo do Clube Santa Cruz, em Santa Lúcia, pela Superintendência de Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES), enquanto tramita o processo de

modificação do zoneamento da região para impedir a construção de qualquer prédio no espaço hoje ocupado pelo clube”, manifestou-se, por meio de nota.

O município informou ainda que “quer garantir a utilização da área como um espaço de lazer para a capital”.

Além de buscar uma solução para o impasse, quando se trata de taxa de marinha a Prefeitura de Vitória tem acompanhado de perto o assunto.

A administração já chegou a ajuizar uma ação civil pública em prol dos moradores para acabar com a cobrança no município.

Como é a cobrança

Terrenos ficam na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar até o continente

1 TERRENOS DE MARINHA:

ficam situados na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio, criado em 1831, em direção ao continente. A grosso modo, a medida é feita a partir da vegetação de restinga.

LOCAIS

- NO ESPÍRITO SANTO, a cobrança da taxa existe em 14 municípios.
- EM VITÓRIA, 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo que 50 estão



2 TAXA DE OCUPAÇÃO: terrenos ocupados até 1988 pagam 2% por ano sobre o valor do domínio pleno do terreno. A partir de 1989, o percentual é de 5% (ao ano).

3 LAUDÊMIO: é um pagamento de 5% que o contribuinte faz pela transferência dos terrenos de marinha, que são considerados bens da União.

4 AFORAMENTO: já os foreiros pagam uma taxa de 0,6% do domínio pleno do terreno aforado.



PLACA que foi instalada informando que a área é de propriedade da União